



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 2, número 4, abril de 2020.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME. Ano 2, n.4, abril de 2020. ISSN 2596-285X

Imagen de capa

Fotografia de Agustí Centelles, datada de 19 de julho de 1936. Imagem da Plaza de Catalunya, em Barcelona (Espanha), no início da Guerra Civil Espanhola. Imagem disponível no Google Imagens.

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrienal do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>
Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte.
Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

Editor

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

Conselho Editorial

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Tatyana de Amaral Maia | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Organização, preparação e revisão dos originais

Carlos Artur Gallo

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP
Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4

Apresentação

5

NUPPOME Entrevista

Entrevista com Nancy Nicholls

13

**Considerações sobre memória,
verdade e justiça**

***Infâncias, juventudes e autoritarismo: desafios
historiográficos e políticos do tempo presente,***

por Franciele Becher

21

**Novidades sobre memória,
verdade e justiça**

23

Fontes de pesquisa

24

**Memória, verdade e justiça
em imagens**

APRESENTAÇÃO

Com a publicação de seu quarto número, a *Cadernos do NUPPOME* chega ao segundo ano da sua existência. Como ocorreu nas edições anteriores, além de dicas de fontes de pesquisa e novidades editoriais e artísticas que se relacionam com a memória das ditaduras, a revista publica uma entrevista, assim como um pequeno texto que evidencia, a partir da análise do impacto de regimes autoritários no passado e no presente, alguns dos desafios enfrentados por quem se dedica a estudar estes temas.

A entrevistada deste número é Nancy Nicholls, historiadora chilena, professora universitária e internacionalmente reconhecida nos estudos sobre ditadura e direitos humanos. O texto, sobre infâncias, juventudes e autoritarismo, foi escrito por Franciele Becher, historiadora brasileira que realiza seu doutorado na França. Agradeço a ambas pela disponibilidade e contribuição, e, especialmente, à Tatyana de Amaral Maia, que realizou a entrevista com a pesquisadora chilena.

4

Feita esta breve apresentação, o Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME registra aqui o seu repúdio às reiteradas manifestações negacionistas que vêm sendo realizadas por parte de pessoas públicas no atual contexto brasileiro. O que ocorreu em 1964 foi um Golpe de Estado. O que o país viveu entre 1964 e 1985 foi uma ditadura. Aqui houve tortura.

Em tempo, e, no tocante à pandemia que nos atinge, reitera-se o óbvio e necessário: Fiquem em casa. Cuidem-se. Salvem vidas.

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

Nancy Nicholls

***Professora da Pontifícia
Universidad Católica de Chile.***

***Doutora em Sociologia pela
Universidade de Essex (Reino
Unido), possui diversos estudos
sobre a ditadura e o movimento
de direitos humanos no Chile.***



5

Cadernos do NUPPOME – Profa. Nancy Nicholls, você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória acadêmica?¹

Nancy Nicholls – Estudei História na Universidade Católica do Chile e, na sequência, realizei meu doutorado na Universidade de Essex, na Inglaterra. Minha tese consistiu em um estudo sobre as identidades populares de uma comunidade santiaguina chamada José María Caro. A fonte primordial da minha pesquisa foram entrevistas de história oral com habitantes dessa comunidade, tal metodologia eu já havia praticado anteriormente, sem demasiado conhecimento acadêmico sobre ela, em uma pesquisa realizada conjuntamente com Mario Garcés sobre a ONG de Direitos Humanos FASIC [Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas], assim como em trabalhos de histórias locais de comunidades periféricas. Em meu doutorado, pude adquirir as ferramentas teóricas e metodológicas da história oral através das aulas de meu orientador, professor Paul Thompson, um dos impulsores da história oral desde os anos de 1960. Desde então, estive vinculada à história do Chile durante a ditadura, com os estudos sobre memória e a partir do uso de metodologia de história oral. Também me interessou os arquivos com testemunhos da repressão, que foram fundamentais para

¹ Entrevista realizada por Tatyana de Amaral Maia, em janeiro de 2020. Com a anuência da entrevistada, a entrevista foi traduzida para o português por Carlos Artur Gallo e revisada pela entrevistadora para ser publicada nesta edição da *Cadernos do NUPPOME*.

historicizar a violação aos direitos humanos do regime de Pinochet. Nos últimos anos, estive trabalhando com os testemunhos de sobreviventes do Holocausto que vieram para o Chile e que se encontram em formato audiovisual em diversos arquivos como o Memoria Viva ou o Visual History Archive da USC Shoah Foundation.

Cadernos do NUPPOME – Como foi o golpe no Chile em 1973, contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende? Poderia nos contar sobre a repressão promovida pela ditadura de Pinochet?

Nancy Nicholls – O Golpe de Estado significou uma ruptura profunda na vida dos chilenos e das chilenas. Seguindo aquilo que dizem vários autores que se referiram ao Golpe de Estado, como Norbert Lechner e Pedro Güell, pode-se dizer que ele representou uma fratura profunda no Chile, que dividiu a história do século XX em um antes e um depois. A repressão aos partidários da Unidade Popular (UP) se fez sentir imediatamente. Foram atingidos os líderes políticos do governo deposto de Salvador Allende, mas também os militantes de base e os simples partidários que apoiaram à UP. Inicialmente, a repressão foi massiva, tornando-se logo seletiva, focada nas cúpulas dos partidos de esquerda. A DINA [Dirección de Inteligencia Nacional], entre setembro de 1973 e 1977, e, na sequência, o CNI [Central Nacional de Informaciones], foram os principais organismos que praticaram a repressão. A ditadura implementou uma política repressiva que deixou mais de 3 mil pessoas mortas ou desaparecidas e cerca de 40 mil vítimas de prisão política e tortura. Milhares foram exilados, outros relegados a destinos longínquos no país ou, ainda, perderam seus empregos devido ao seu apoio ao governo de Allende. Definitivamente, a vida de milhares de chilenos e chilenas foi profundamente atingida. Ainda que o Golpe de Estado não tenha sido uma surpresa, o que não se esperava nem se imaginava foram as características e a envergadura da repressão que se seguiu a ele. Não é à toa que muitos militantes convocados nos primeiros dias após o Golpe tenham se apresentado às Forças Armadas e de Segurança, uma vez que não tinham dimensão do que lhes aconteceria. A repressão praticada pelo regime correspondeu a uma política planejada e sistemática, não há dúvidas disto, que teve seu pico nos anos de 1970, mas que na década de 1980 voltaria a se manifestar com força no âmbito dos protestos populares. É importante destacar que a repressão não foi apenas física, mas também psicológica. Basta, para se ter uma dimensão disto, observar o fato de que quase 100% dos presos políticos foram submetidos à tortura física ou psicológica. A ferida infligida aos perseguidos foi profunda, perdurou até o presente naqueles e naquelas que sobreviveram, mas também em seus filhos e filhas e, inclusive, netos netas, como demonstram estudos recentes. Acredito que é necessário destacar, ainda, o fato de que a violação aos direitos humanos foi um flagelo que não afetou apenas aos diretamente reprimidos, mas à sociedade em seu conjunto. O medo experimentado, a dor do ocorrido, a consciência de que foi ultrapassado um limite ético com a desaparição forçada, a execução e a tortura não são experiências que afetaram apenas as vítimas, seus familiares ou os opositores mais comprometidos, visto que passaram a formar parte de uma memória coletiva e de uma consciência histórica nacional.

Cadernos do NUPPOME – Em um artigo recente, você demonstrou que imediatamente após o golpe que instaurou a ditadura civil-militar chilena (1973-1990), grupos em defesa dos direitos humanos se reuniam para organizar uma ampla rede de apoio aos refugiados políticos. Poderia explicar que grupos eram esses e como atuaram?

Nancy Nicholls – Tratou-se de membros do Conselho Mundial das Igrejas e outras pessoas de organismos internacionais que, junto a representantes das Igrejas Católica e Evangélicas do Chile, criaram organismos de defesa dos direitos humanos. A ação decisiva e imediata do

cardeal Raúl Silva Henríquez foi essencial. Surgiram, assim, o Comité Pro Paz e o CONAR [Comité Nacional de Ayuda a los Refugiados], o primeiro para atender aos chilenos perseguidos, e o segundo para tomar conta dos estrangeiros, muitos de esquerda, que haviam chegado ao país para participar da UP e também estavam sendo perseguidos. Em breve, estes organismos dariam origem à Vicaría de Solidaridad e à FASIC, que durante quase dezessete anos de ditadura atuaram em defesa dos perseguidos. A Vicaría foi a cara visível da defesa dos direitos humanos, estabelecendo recursos de amparo aos presos, apoiando social e materialmente os familiares das vítimas, os necessitados e os povoados golpeados pela falta de recursos e pela perseguição, bem com fazendo denúncias sobre a repressão existente. Quando a Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos se formou, recebeu o apoio do Comité Pro Paz e, na sequência, da Vicaría. A FASIC, por sua vez, teve um papel mais silencioso, menos público do que a Vicaría, mas não menos importante, primeiro comutando a pena de prisão pela de exílio², conforme estabelecido pelo próprio regime no Decreto Supremo 504, e, além disto, apoiando às vítimas e suas famílias com uma ampla gama de programas, que abrangia desde o apoio econômico até o apoio terapêutico. Este último foi particularmente importante, dada a magnitude do dano psicológico ocasionado pela tortura e as variadas formas repressivas praticadas contra os opositores do regime. Esta ação foi possível, então, graças às iniciativas conjuntas de organismos internacionais e nacionais. O Conselho Mundial das Igrejas foi peça-chave porque canalizou a ajuda econômica de agências internacionais, mas também porque deu um apoio pastoral em momentos críticos. Determinadas embaixadas também foram bastante relevantes, assim como organismos como a OIM (Organização Internacional para as Migrações), o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), a Cruz Vermelha Internacional, que atuaram desde os primeiros dias após o Golpe para proteger aos perseguidos e salvar vidas.

Cadernos do NUPPOME – Neste mesmo artigo, publicado numa revista científica brasileira, você defende a importância da construção de uma cultura de direitos humanos, que iniciou logo após o golpe e permanece até hoje na sociedade chilena. O que entende por cultura de direitos humanos e como ela está presente no Chile?

Nancy Nicholls – Me refiro à consciência, em primeiro lugar, da posição que ocupam os direitos humanos na sociedade. Não que antes do Golpe eles não fossem relevantes, mas sim que, uma vez que foram violados massiva e sistematicamente por parte do Estado ditatorial, os direitos humanos tornaram-se uma categoria explícita e um imperativo ético. Isto tem relação com o fato de que, nunca antes na história do Chile, o Estado havia violado tão prolongada e sistematicamente os direitos das pessoas de uma forma tão brutal e aberrante. De modo que, entre aqueles que apoiaram as vítimas, denunciaram o que ocorria, foi sendo gerada uma cultura de direitos humanos. Quer dizer, foram criadas ONGs, se articularam redes de apoio nacionais e internacionais, foram instauradas práticas de denúncia e defesa que não tinham precedentes. Por sua vez, se criou uma linguagem *ad hoc* que surgiu destas redes, dos familiares, que colocou em primeiro plano o valor da vida, da dignidade humana, o respeito a todo ser humano independente de sua vinculação política, de sua crença religiosa, de sua condição social e etnia. Não estou dizendo que o conjunto da sociedade aderiu a esta cultura, mas sim um setor importante que correspondia à oposição ativa à ditadura, assim como a quem, movido pela dor dos perseguidos e suas famílias, atuou em sua ajuda. Esta cultura foi a herança do pós-ditadura e foi aprofundada graças à ação permanente dos sobreviventes, dos familiares das vítimas, daqueles que gerenciam os lugares de memória e que ativamente promovem os direitos humanos. O Estado também teve um papel neste sentido, com a criação do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, com os relatórios das Comissões da Verdade e

² No original, a entrevistada usa a palavra "extrañamiento", que é o termo previsto no referido Decreto Supremo 504.

com as medidas de reparação que foram sugeridas nestes relatórios. Ainda que esta cultura esteja presente e exista a consciência do valor dos direitos humanos para o convívio democrático, isto não significa que eles sejam respeitados plenamente. Prova disto, é o que está ocorrendo no atual contexto de manifestações, no qual houve violações reiteradas dos direitos humanos de manifestantes.

Cadernos do NUPPOME – Profa. Nancy Nicholls, você insiste no papel decisivo de setores progressistas da Igreja Católica chilena na defesa dos direitos humanos e na construção de uma rede transnacional de ajuda aos perseguidos políticos do regime Pinochet. Poderia explicar o papel desses setores da Igreja Católica na proteção aos refugiados da ditadura chilena?

Nancy Nicholls – A Igreja Católica foi uma peça fundamental na defesa dos direitos humanos. O cardeal Raúl Silva Henríquez teve a rápida iniciativa de criar o Comité Pro Paz, que foi um organismo de caráter ecumônico, no qual, além da Igreja Católica, houve representantes das Igrejas Evangélicas e da comunidade judaica. O Comité Pro Paz seria dissolvido por ordem de Pinochet, o que levaria o Cardeal a promover a criação da Vicaría de Solidaridad, no início de 1976, vinculada à Igreja Católica. Isto não significa que ela, em seu conjunto, tenha apoiado aos perseguidos do regime, visto que, de fato, durante toda a ditadura houve clérigos e laicos que apoiaram Pinochet. Ocorre que o Arcebispo de Santiago encabeçou uma das organizações mais relevantes na defesa dos direitos humanos e na denúncia de sua violação, sendo, sem dúvida, um elemento de suma importância que certamente permitiu salvar vidas. Não se deve perder de vista, no entanto, que as igrejas protestantes também foram, em nível internacional e dentro do país, relevantes no auxílio aos perseguidos pelo regime. O Conselho Mundial de Igrejas, como já comentei, canalizou o apoio econômico das agências internacionais que foi fundamental para que os organismos pudessem funcionar no Chile. De modo que se formou uma rede ecumônica transnacional de apoio material, humano e pastoral, na qual confluíram agências solidárias, o Conselho Mundial de Igrejas, embaixadas, organismos como o ACNUR e a OIM, além de atores laicos e religiosos que, no país, ficaram encarregados de executar as ações de apoio e defesa dos direitos humanos. Esta rede transnacional não apenas canalizou a ajuda do Primeiro Mundo, europeia em primeira instância, mas também foi expressa em nível regional, por exemplo, no apoio que ONGs argentinas deram a exilados chilenos.

8

Cadernos do NUPPOME – No mesmo artigo, você enfatiza que o imediato apoio de grupos internacionais aos refugiados políticos e em defesa dos direitos humanos no Chile pós-golpe deve-se à especificidade do governo de Salvador Allende – um governo socialista que ascendeu ao poder por vias democráticas. Poderia nos falar um pouco sobre estes grupos internacionais e a habilidade de Salvador Allende em construir uma rede internacional de empatia e apoio ao seu governo?

Nancy Nicholls – Um dos fatores que tornou possível o apoio aos perseguidos pelo regime de Pinochet de forma imediata e eficaz se relaciona, efetivamente, ao fato de que o governo de Allende havia chamado muita atenção mundial. Um governo que se declarava marxista e iniciava, de fato, um caminho para o socialismo por via pacífica, tendo triunfado legitimamente em eleições democráticas, era, de alguma forma, um fato histórico que foi acompanhado por muitos setores de esquerda e progressistas ao redor do mundo. Por isto, aqueles que, no exterior, simpatizavam e se solidarizavam com o governo da UP, lamentaram profundamente o Golpe de Estado e, assim que se soube das violações aos direitos humanos, estiveram dispostos a apoiar os perseguidos. Os exilados e as exiladas também contribuíram para gerar apoio solidário no exterior. Nos países nos quais se refugiaram, atuaram na denúncia do que ocorria no Chile, demandando atenção e solidariedade. A isto deve somar-se o fato de que,

como demonstraram Fernando Camacho e Claudia Rojas Mira, Allende havia estabelecido boas e próximas relações diplomáticas com certas embaixadas, entre as quais se destacam as da Suécia e do México, de maneira que, uma vez ocorrido o Golpe, estas tiveram um papel relevante na salvação de pessoas que corriam riscos iminentes. A embaixada da Suécia, por exemplo, teve uma relação muito próxima e de confiança com a FASIC que, como recorda Claudio Gutierrez, diretor executivo da ONG, foi sendo articulada aos poucos, à medida que surgiam novos desafios sobre os quais não havia precedentes.

Cadernos do NUPPOME – Como ocorreu o processo de transição para a democracia no Chile?

Nancy Nicholls – A transição chilena foi uma transição pactada entre as cúpulas dos partidos políticos de oposição e Pinochet. Seguiu um itinerário traçado na Constituição de 1980, que previa um plebiscito em 1988 para decidir a continuidade ou não do regime. No plebiscito, ganhou o "Não", através do qual deveriam ser convocadas eleições em 1989, que foi o que ocorreu. Nelas, triunfou o candidato da Concertación de Partidos por la Democracia, o democrata-cristão Patricio Aylwin, que foi o primeiro presidente eleito democraticamente depois de 17 anos de ditadura. Esta saída pactada ou "pelo alto" subestimou as ações da oposição e da resistência levadas a cabo por militantes sociais e políticos desde meados da década de 1970, assim como não reconheceu o papel desestabilizador fundamental que tiveram as jornadas de protestos nacionais ocorridas entre 1983 e 1986. Estas, que convocaram amplos setores da oposição política e social em variadas formas de manifestações periódicas, tiveram entre seus principais atores habitantes de povoações periféricas, que, como outros atores que não pertenciam às cúpulas dos partidos, sentiram-se frustrados com os rumos da transição e as múltiplas limitações que evidenciava. Se o slogan da campanha do "Não" semeou a esperança ao dizer "Chile, a alegria já vem" ["Chile, la alegría ya viene"], uma vez iniciada a transição se fez evidente que, para muitos, a alegria não havia chegado, uma vez que suas demandas e necessidades não estavam sendo atendidas. A transição, portanto, não se realizou a partir da queda abrupta do regime ditatorial e teve que lidar, por um longo tempo, com as "leis de amarrar" deixadas por Pinochet para perpetuar seu legado. Basta observar que até 1998 Pinochet atuou como Comandante-em-Chefe do Exército e, na sequência, passou a Senador Vitalício, conforme estabelecido pela Constituição de 1980. A transição, ainda, e isto é fundamental para compreendê-la, manteve o modelo econômico neoliberal implantado na década de 1970 pelos Chicago Boys, de modo que, mesmo que durante o pós-ditadura tenha havido uma redução da pobreza no Chile e bons indicadores macroeconômicos, a distribuição de riqueza foi altamente desigual. O modelo econômico gerou inequidade, segregação, e, apesar da diminuição da pobreza, os investimentos nas classes populares foram totalmente insuficientes para manter uma vida digna. O sistema de aposentadorias privatizado durante a ditadura gerou crises, e tanto a saúde como a educação pública demonstraram sua incapacidade para cumprir com as necessidades da cidadania.

9

Cadernos do NUPPOME – Qual o acesso dos pesquisadores aos arquivos da repressão do período de Pinochet? E a importância dos testemunhos na compreensão dos horrores na ditadura chilena?

Nancy Nicholls – No Chile, salvo exceções, não se conhece o destino da documentação dos órgãos repressivos da ditadura. Não se sabe se esta foi destruída ou ainda está em poder dos militares que não a puseram à disposição da justiça e da opinião pública. Portanto, a maior fonte de conhecimento sobre a violação aos direitos humanos cometida pelo aparato repressivo de Pinochet provém dos testemunhos dados pelas vítimas aos organismos de defesa dos direitos humanos. Alguns no contexto da ditadura, a maioria após seu final. A isto, soma-se outro tipo de documentação, também proveniente dos organismos de direitos humanos, como documentos jurídicos, sociais, correspondência, folhetos, relatórios, declarações públicas etc.,

todos relacionados com a atuação destes organismos durante os anos de ditadura. Os testemunhos são fontes muito valiosas para compreender o âmbito subjetivo da experiência repressiva. Pode ser que eles não forneçam dados fidedignos sobre como foi organizada e executada a política repressiva, mas certamente são essenciais para entender como a mesma afetou às vítimas. Qual o lugar ocupado pelo medo? Qual o significado da militância política na resistência da prisão e da tortura? Como tais experiências foram incorporadas na continuação de seus projetos políticos e de vida? Em que medida a repressão atravessou suas biografias? São algumas perguntas que os testemunhos ajudam a responder. No tocante ao acesso aos testemunhos, há arquivos criados por organismos de direitos humanos e lugares de memória que são de acesso público. É o caso, por exemplo, do Archivo Testimonial de la Represión de FASIC, criado durante a democracia com testemunhos realizados no contexto da ditadura. O Archivo Oral de Villa Grimaldi - um centro clandestino de detenção, tortura e extermínio da ditadura - também de acesso público, é outro exemplo de arquivo testemunhal que dá conta das experiências repressivas na voz das próprias vítimas, em sua maioria militantes de partidos políticos de esquerda. As Comissões da Verdade também recolheram testemunhos e declarações, mas estes não foram colocados à disposição do público. No caso da Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, conhecida como Comisión Valech, os testemunhos e outros antecedentes concedidos pelas vítimas estão sujeitos, por 50 anos, ao sigilo, de acordo com uma lei emitida em 2004. Este decreto não se aplica apenas para o público em geral, mas também aos tribunais de justiça, o que gerou debates e iniciativas de reforma que indicam que os relatórios e testemunhos podem ajudar às causas judiciais sobre direitos humanos.

Cadernos do NUPPOME – A “Justiça de Transição” tem sido o instrumento pelo qual os Estados que vivenciaram experiências traumáticas após a Segunda Guerra Mundial tentam promover uma reparação possível, responsabilizar judicialmente (em alguns casos) os perpetradores do arbítrio, e promover políticas de valorização dos direitos humanos. Contudo, cada Estado latino-americano adotou um modelo de “justiça de transição”. Poderia nos falar um pouco sobre como o Chile vem enfrentando seu passado ditatorial?

Nancy Nicholls – A justiça transicional no Chile se deu no marco de uma continuidade muito forte, em seus primeiros anos, do poder de Pinochet e seus partidários. Para que se compreenda o alcance disto, basta recordar que Pinochet se manteve como Comandante-em-Chefe do Exército até 1998, quando passou a ser Senador Vitalício, cargo que exerceu por mais de quatro anos. Isto foi possível porque a transição chilena foi pactada, como costuma-se denominá-la, ou seja, negociada com a ditadura e, portanto, se deu nos marcos daquilo que foi estabelecido pela Constituição de 1980, promulgada precisamente sob a ditadura. Assim que, ainda que tenham sido tomadas medidas em termos do esclarecimento da verdade do ocorrido, algo que foi realizado junto às medidas de caráter reparatório destinadas aos sobreviventes e familiares de vítimas, não ocorreu algo similar em matéria de aplicação da justiça para as vítimas. A Comissão da Verdade e Reconciliação que foi convocada pelo primeiro governo da Concertación, o de Patrício Aylwin, mais conhecida como Comissão Rettig, neste sentido, foi relevante no reconhecimento oficial dos presos desaparecidos e mortos políticos, cujo número foi de 2.279, cifra que posteriormente se ampliou para 3.216. De modo semelhante, a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura ou Comissão Valech, que surgiu mais de dez anos depois, no governo de Ricardo Lagos, se encarregou de esclarecer a verdade sobre os torturados que não haviam sido considerados no Relatório Rettig. Em seu relatório final, publicado em 2003, foi estabelecido em mais de 28 mil o número de vítimas, sendo tal cifra ampliada para 38.254 casos em 2011, quando foi realizada uma extensão dos trabalhos da Comissão Valech, conhecida como Valech II. No tocante à esfera judicial, no entanto, o caminho da justiça foi muito lento e não obedeceu a uma política estatal. Nos primeiros anos, quando os juízes pinochetistas permaneceram em seus cargos, os avanços foram praticamente nulos.

Somente no final da década [de 1990], quando se deu uma renovação do Poder Judicial, produto de uma reforma implementada em 1995, começaram a ser investigados causas envolvendo violações aos direitos humanos. Isto coincidiu com a detenção de Pinochet em Londres, em 1998, que, ainda que não tenha sido extraditado à Espanha para ser julgado por crimes de lesa humanidade, contribuiu para dar um impulso à investigação judicial sobre o tema, como destacado por Cath Collins. Na esteira destes acontecimentos, foram nomeados juízes com dedicação exclusiva para os casos de violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura. Apesar disto, o Relatório Valech estabeleceu o sigilo, por 50 anos, dos testemunhos e documentos recolhidos pela Comissão, aplicável também ao Poder Judiciário, como já havia comentado. Nas duas últimas décadas, houve avanços e retrocessos, mas tudo dentro de um marco muito limitado de aplicação da justiça. Um avanço, por exemplo, foi a admissão de causas às quais se supunha que deveria ter sido aplicada a Lei de Anistia editada por Pinochet em 1978, sob o argumento de que a desaparição segue vigente até que os corpos não sejam encontrados ou seja conhecido seu destino, de modo que não é possível aplicar-se uma anistia para os crimes cometidos antes de 1978. Juízes dispostos a levar adiante os casos de violações aos direitos humanos da ditadura somados à pressão dos familiares, das vítimas sobreviventes e referências no tema dos direitos humanos, permitiram que exista, hoje, um número limitado de repressores condenados, ainda que poucos tenham cumprido pena de prisão. Paralelamente, a partir da década de 1990, o país foi lentamente elaborando o passado traumático vivido entre 1970 e 1980, através de ações tanto estatais como da sociedade civil. Além dos relatórios já mencionados, um dos atos significativos neste sentido foi a criação do Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos, inaugurado em 2010. A sociedade civil, particularmente sobreviventes, familiares e defensores dos direitos humanos, se encarregaram de manter viva a memória do que aconteceu na ditadura, recuperando centros clandestinos de detenção e extermínio e transformando-os em lugares de memória, como é o caso da Villa Grimaldi. Centros, monumentos, memoriais deixaram marca pelo país, e, a isto, soma-se numerosas produções literárias, artísticas, jornalísticas e da área das Ciências Sociais que, sobretudo quando se completaram 30 e 40 anos do Golpe de Estado, multiplicaram-se provocando diversas explosões de memória. Unido à verdade oficial dos relatórios, todo este acervo tornou inegável o reconhecimento da violação aos direitos humanos pelo conjunto da sociedade, incluindo uma direita que se distanciou do núcleo persistente, mas cada vez menor, do pinochetismo. Temos, em síntese, uma justiça transicional que avançou parcialmente na busca da verdade e da reparação das vítimas, que fez esforços muito mais significativos na elaboração da memória, mas que está em dívida no que se refere à aplicação da justiça aos responsáveis pelos crimes de lesa humanidade.

11

Cadernos do NUPPOME – O Chile, hoje, está num processo de mobilização dos setores civis contra as políticas vigentes. Há uma enorme mobilização social que vem sendo respondida com repressão constante pelas forças de segurança pública. A violência de Estado é uma marca dos países latino-americanos. No caso chileno, a Constituição vigente é da ditadura de Pinochet. Por que as democracias ainda mantêm leis e instituições que foram construídas no período ditatorial. Como compreender essas permanências?

Nancy Nicholls – A Constituição de 1980, gestada e promulgada pela ditadura de Pinochet, nos rege até o dia de hoje, tendo passado por uma série de reformas que modificaram parcialmente o caráter autoritário de seu conteúdo. Dentro das reformas mais significativas estão as realizadas em 2005, sob o governo de Ricardo Lagos, entre as quais pode-se computar o fim dos senadores designados vitalícios, assim como o final da inamovibilidade dos Comandantes-em-Chefe do Exército. Como explicar que tenham permanecido até então? Tem relação com o tipo de transição que o Chile realizou, pactada com o regime de Pinochet e que, portanto, não implicou em uma ruptura radical com aquilo a que dava um fim. Pinochet seguiu tendo um grande poder até 1998, quando foi detido em Londres, e se encarregou de demonstrá-lo

quando se sentiu ameaçado. Em 1990 e, de novo, em 1993, os militares comandados por Pinochet protagonizaram demonstrações de força para evitar que fosse iniciado um julgamento contra ele e seu filho, acusados de atos de corrupção econômica. É preciso considerar, ainda, que a direita, nos primeiros anos da transição, que certamente incluía um núcleo considerável de pinochetistas, não tinha nenhuma intenção de modificar minimamente uma Constituição à qual aderiam plenamente. Por outro lado, o quórum de dois terços para modificar certos capítulos da Constituição é muito alto, convertendo-se em uma trava permanente para modificá-la. Algumas pessoas argumentam que a Constituição, depois das reformas realizadas, já não é a Constituição de Pinochet, mas é certo que, indubitavelmente, segue sendo. Neste sentido, estou de acordo com o que destacou Fernando Atria: as constituições são um paradigma das demandas, opiniões e exigências do povo; são, portanto, a forma que adquirem estas manifestações informais do povo canalizadas através de uma institucionalidade constitucional. É, afinal, legítimo questionar-se: Como uma Constituição realizada sob um sistema ditatorial pode ser a expressão da vontade de um povo? Eu acredito que, além das dificuldades concretas no sistema político para se fazer reformas devido aos altos quóruns requeridos, a mesma não foi modificada porque é funcional para os poderes econômicos e para um setor importante da classe política do país. É, precisamente, este tema que foi questionado fortemente pelas manifestações sociais iniciadas em 18 de outubro de 2019. A cidadania requer que a educação, a saúde, o sistema de aposentadorias sejam direitos consagrados na Constituição, não meramente liberdades, que é o que existe hoje em dia. Para que serve, por exemplo, liberdade de educação, se a grande maioria dos chilenos e das chilenas não pode escolher uma boa educação, dado seus altos custos no sistema privado?

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

INFÂNCIAS, JUVENTUDES E AUTORITARISMO: DESAFIOS HISTORIOGRÁFICOS E POLÍTICOS DO TEMPO PRESENTE



Franciele Becher

***Doutoranda em Educação na
Université Paris 8 (França),
bolsista da CAPES.***

13

***Mestra em História pela UFRGS,
desenvolve pesquisa sobre as
narrativas juvenis da Segunda
Guerra Mundial e da Ocupação
Nazista na França.***

Falar de infância e juventude, em termos historiográficos, ainda é algo bastante recente. A origem desse campo de estudos pode ser encontrada na França, na obra “*L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*”, de Philippe Ariès, publicada originalmente em 1960, onde o autor discutiu a subjetividade medieval e moderna em relação ao lugar social da infância. Na América Latina e no Brasil, esse domínio se desenvolveu sobretudo nos últimos 30 anos.

Ao longo dessas décadas, esse campo historiográfico permaneceu profundamente ligado às relações da criança com a escola e outras instituições (como as prisões e orfanatos), com a família, com a criação de determinados produtos culturais, ou seja, via-se a infância e a juventude através das lentes e dos discursos criados pelo mundo adulto sobre elas, sobre suas necessidades e aspirações. Contudo, a partir da exploração de novos tipos de documentos e perspectivas, trabalhos que coloquem em destaque as “vozes” das crianças e jovens do passado começaram a ser produzidos.

Escrever uma história “à altura da criança” (PIGNOT, 2012, p. 12) significa também uma escolha política de reconhecer que crianças e jovens também são atores históricos, e que é possível produzir História privilegiando os discursos produzidos *por eles*, e não apenas *sobre eles*. É nesse sentido que as temáticas tradicionais desse campo historiográfico vêm sendo ampliadas e diversificadas para incluir, também, temas mais sensíveis, como as relações entre infância, juventude e autoritarismo, seja ele em tempos de guerra, ditadura e genocídios, seja no cotidiano de populações em vulnerabilidade social.

Em tempos de crescimento mundial de grupos e governos autoritários ligados à extrema-direita, a discussão sobre os diversos efeitos e consequências dos autoritarismos do passado se torna ainda mais imprescindível, sobretudo na perspectiva da História do Tempo Presente e das políticas de memória. O que as crianças e jovens têm a nos dizer sobre os acontecimentos do século XX e desse início de século XXI? Como as práticas genocidas, as ditaduras e as guerras desse período se voltaram especialmente para as categorias mais jovens da população, e como estas viveram, sentiram e atuaram politicamente dentro desses contextos? Como elas lidaram com a violência, o sofrimento e o trauma, mas também como transformaram seu cotidiano para conviver com esse tipo de realidade? Qual a singularidade do olhar das crianças e jovens sobre esses acontecimentos? Qual o papel desses sujeitos na construção da memória do século XX e XXI?

A historiadora Tara Zahra (2015) procurou traçar como se construiu a representação da criança como a vítima da guerra por excelência, desde o Genocídio Armênio, ocorrido em meio à Primeira Guerra Mundial, até o pós-Segunda Guerra Mundial, e os novos desafios das políticas humanitárias frente aos milhões de refugiados deixados pelo conflito. É importante, mesmo que de forma breve, situar historicamente essa

construção para podermos pensar quais os seus desdobramentos historiográficos, políticos e memoriais atuais.

Segundo Zahra, foi durante a Primeira Guerra Mundial, um conflito onde os civis se tornaram alvos tão importantes quanto os militares, mas mais particularmente com o Genocídio Armênio (1915-1923), que a questão da “desnacionalização” de crianças precipitou uma primeira intervenção internacional no campo legal, com a campanha da Liga das Nações para recuperar as crianças separadas das suas famílias. Ainda que o foco dos agentes humanitários e dos Estados envolvidos fossem as questões materiais mais urgentes, e não as consequências psicológicas da violência, os acontecimentos das próximas décadas, infelizmente, fariam essas experiências avançarem.

Com a eclosão da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), os esforços humanitários tomariam outras proporções. Para além das disputas políticas, diplomáticas e ideológicas que cercaram o conflito, pela primeira vez a experiência infantil da guerra começou a ser vista também como uma fonte potencial de trauma psicológico. Os milhares de pequenos espanhóis que foram acolhidos/exilados em outros países nos anos 1930 prefiguraram também o que aconteceria poucos anos depois, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, da Shoá e das perseguições raciais e políticas do Nazismo, onde a representação da “criança órfã / perdida” se tornaria uma das imagens mais substanciais do conflito.

Desde o esforço de evacuação de milhares de crianças judias dos territórios do Reich antes mesmo de 1939 (*Kindertransport*), até as instituições especializadas criadas no pós-guerra para crianças sobreviventes dos horrores do Nazismo, é com a Segunda Guerra Mundial e seus amplos desdobramentos humanitários que ocorreu a “descoberta” da separação familiar como uma grande tragédia provocada pelos tempos de guerra.³ Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se cristalizou a ideia da criança como a vítima potencial da guerra,⁴ como um ser inocente e vulnerável, exposto às ideologias e às violências dos Estados, também se fortaleceu a ideia de que ela deveria ser salvaguardada para viabilizar o próprio futuro das nações.

³ Anna Freud foi um dos grandes expoentes teóricos dessa preocupação com consequências psicológicas da guerra, sobretudo em relação à perda da segurança emocional da família (Cf. ZAHRA, 2015, p. 64).

⁴ É importante citar nesse sentido os esforços da recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que já em 1950 publicou diversos estudos cujo tema central era a questão da infância vítima de guerra. Ver, nesse sentido: Brosse (1950).

A imagem da criança vítima da guerra e do autoritarismo mobiliza a nossa sensibilidade por causa da combinação entre vulnerabilidade e violência extrema. Mas para dar conta historicamente das múltiplas trajetórias de crianças e jovens dentro desses contextos, é preciso ir além dessa representação de sofrimento e impotência, para encará-los como sujeitos históricos que têm autonomia para pensar e agir, mesmo que em meio à experiências-limite. E, para isso, é necessário que os historiadores e o próprio fazer histórico privilegiem outros tipos de fontes, que não sejam somente aquelas produzidas ou ancoradas no mundo dos adultos. É imperativo cada vez mais tomar a infância e a juventude como objetos históricos por si mesmos.

Que traços materiais crianças e jovens deixaram para a posteridade sem possuir as ferramentas para construir e regular discursos sobre si mesmos? Que fontes poderiam ser privilegiadas para se escutar suas vozes? Nesse momento entram em cena desde documentos tradicionais como redações escolares, diários pessoais e cartas, passando por desenhos, até objetos e outros itens da cultura material que mobilizam a atenção infanto-juvenil, e nos deixam vestígios de como a experiência do cotidiano sob o autoritarismo pode parecer aos olhos dos mais jovens. Aliando métodos de história oral e da micro-história às diversas “escritas de si” deixadas por crianças e jovens do passado, muitos historiadores vêm (re)escrevendo as narrativas sobre os autoritarismos sob novas perspectivas, recuperando a experiência singular da infância em tempos de extrema violência. E é nesse momento que entra em cena o elemento político e memorial de uma História que também se constrói no presente.

Na América Latina, são as ditaduras civis-militares dos anos 1960-1980 que começam aos poucos a ser vistas através das trajetórias e do protagonismo político dos mais jovens. É possível citar nesse sentido obras produzidas pela Comissão da Verdade no Brasil, em nível nacional e estadual (BRASIL, 2009; SÃO PAULO, 2014); ou os trabalhos de historiadoras como Patricia Castillo (2018) para o caso chileno, e Isabella Cosse (2018), para o caso argentino, em que as perspectivas infantis e juvenis ganham o espaço de testemunho histórico.

No continente africano, a atenção se mobiliza em torno das trajetórias de crianças e jovens soldados, mas também em torno da experiência infantil do genocídio, como no caso de Ruanda (DUMAS, 2014), ou de Darfour, onde 500 desenhos de crianças sobreviventes foram aceitos como prova circunstancial pela Corte Penal Internacional,

em novembro de 2007 (GIRARDEAU, 2017), o que nos indica mais uma vez as intensas imbricações entre memória, história, justiça e debate político (Figura 1).



Figura 1. Desenho de um menino de 12 anos, representando o ataque das milícias *janjawids* e das forças do exército sudanês ao seu vilarejo. Darfour, jun./jul. 2007. Fonte: Waging Peace / GIRARDEAU, 2017, p. 185.

17

Historiadores europeus já estudam há algum tempo a dimensão da experiência infantil e juvenil em tempos extremos, seja em relação às duas guerras mundiais (Figura 2)⁵, mas também no que concerne os conflitos onde crianças e jovens foram obrigados a se exilarem, à migração forçada ou a experiências extremas de encarceramento político de massa.⁶ Os desdobramentos políticos, identitários e memoriais que ainda envolvem essas temáticas no tempo presente nos mostram a importância de uma historiografia que possa ser sensível à singularidade do olhar de crianças e jovens sobre esses períodos históricos, que valorize a voz dos testemunhos, sobretudo em uma época de negacionismo, desinformação e fortalecimento do autoritarismo.

⁵ Esse desenho faz parte da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo junto à Université Paris 8, e que se ancora nas produções individuais (desenhos, cartas, redações e exercícios de história) de cerca de 800 meninos e meninas que viveram os diversos contextos da Segunda Guerra Mundial e da Ocupação Nazista na França.

⁶ Para uma perspectiva das palavras infantis da Guerra Civil Espanhola, ver Blás (2016); os testemunhos de crianças gregas forçadas a emigrar no pós-Segunda Guerra Mundial foram analisados por Danforth e Boeschoten (2012); e, por fim, um livro inédito sobre as trajetórias de crianças do Gulag soviético, em escala europeia, foi publicado por Craveri e Losonczy (2017).



Figura 2. Desenho de uma jovem de 15 anos sobre o bombardeio da cidade de Chartres durante a Segunda Guerra Mundial na França. Centro de observação de Chevilly-Larue, 1953. Fonte: Archives départementales du Val-de-Marne, Créteil, France.

Porém o autoritarismo não se apresenta apenas na forma clássica de guerras, ditaduras, conflitos, migrações, trabalhos forçados ou genocídios: ele começa corroendo as estruturas democráticas, e se traveste também na demonização da pobreza e no aprofundamento da desigualdade social. No Brasil, cada vez mais, essa violência estrutural deixa marcas em crianças e jovens habitantes das periferias, que convivem diariamente com o poder do tráfico, das milícias e de uma polícia que, ao invés de proteger, massacra os mais pobres – e que parece fazer disso uma política de Estado. As cerca de 1500 cartas enviadas ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro por crianças e jovens do Complexo de Favelas da Maré nos trazem testemunhos dolorosos dessa realidade, e também nos mostram que a infância e a juventude sabem o que vivem, o que esperam, e pelo que lutar em meio a esse contexto (Figura 3).

18



Figura 3. “Eu não gosto do helicóptero porque ele atira para baixo, e as pessoas morrem. Isso é errado”. Desenho que acompanhava uma das cartas que crianças do Complexo de Favelas da Maré, enviado ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Fonte: BETIM, 2019.

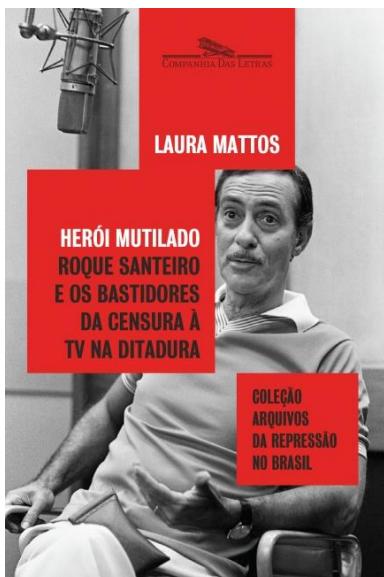
Falar de infâncias, juventudes e autoritarismo implica, necessariamente, uma ampla reflexão sobre história, memória e justiça, mas, sobretudo, uma reflexão sobre o fazer do historiador e seu posicionamento político. Frente a novos/velhos conflitos (como as guerras no Oriente Médio), aos esforços de acolhimento de refugiados, às discussões em torno de fronteiras e direito internacional, aos refugiados econômicos (como os venezuelanos no norte do Brasil, ou os norte-africanos que fazem da travessia do Mediterrâneo sua última esperança), e os futuros refugiados do clima, compreender o caráter político e social da infância e da juventude como sujeitos históricos se torna um tópico cada vez mais urgente.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960.
- BETIM, Felipe. As cartas das crianças da Maré: “Não gosto do helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem”. *El País Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/politica/1565803890_702531.html>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- BLAS, Verónica Sierra. *Paroles orphelines*. Les enfants et la guerre d’Espagne. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
- BROSSE, Thérèse. *L'Enfance victime de la guerre: une étude de la situation européenne*. Paris: UNESCO, 1950.
- CASTILLO, Patricia. Cultura material, memoria y microhistoria de la infância. In: AREND, Sílvia Maria F.; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018, p. 195-231.
- COSSE, Isabella. “Pibes” en el centro de la escena: infancia, sensibilidades y lucha política en la Argentina de los setenta. In: AREND, Sílvia Maria F.; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018, p. 233-257.
- CRAVERI, Marta; LOSONCZY, Anne Marie. *Enfants du Goulag*. Paris: Éditions Belin/Humensis, 2017.
- DANFORTH, Loring M.; BOESCHOTEN, Riki Van. *Children of the Greek Civil War. Refugees and the politics of memory*. Chicago: University of Chicago, 2012.
- DUMAS, Hélène. Enfants victimes, enfants tueurs. Expériences enfantines (Rwanda, 1994). *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*. Paris, n. 122, p. 75-86, abr./jun. 2014 Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2014-2-page-75.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- GIRARDEAU, Zérane S. (coord.). *Déflagrations*. Dessins d'enfants, guerres d'adultes. Paris: Anamosa, 2017
- PIGNOT, Manon. *Allons enfants de la patrie*. Génération Grande Guerre. Paris: Éditions du Seuil, 2012.
- SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. *Infância Roubada*. Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014
- ZAHRA, Tara. *The Lost Children. Reconstructing Europe's families after World War II*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2015.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



Herói mutilado: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura

Laura Mattos

São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

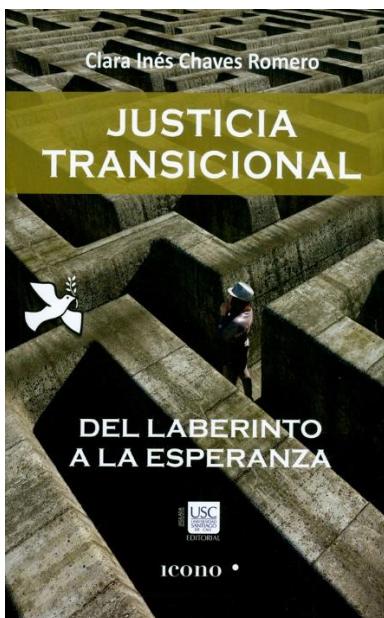
21

Escrito pela jornalista Laura Mattos, o livro retrata, a partir do caso da novela Roque Santeiro, da Rede Globo, como funcionou a censura à televisão durante a ditadura no Brasil. Com ampla pesquisa documental, a autora aborda as origens da censura, no período anterior ao Golpe de 1964, bem como as suas permanências após o retorno à democracia.

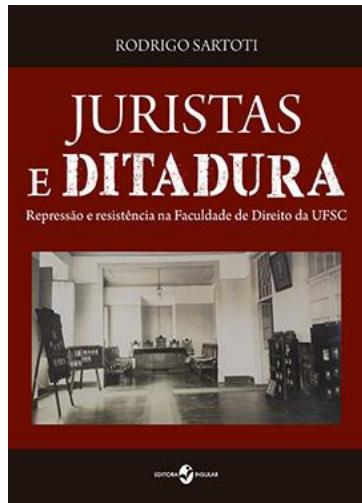
Justicia transicional: del laberinto a la esperanza

Clara Inés Chaves Romero

Bogotá: Icono, 2019.



Escrita pela Diplomata Clara Inés Chaves Romero, a obra realiza um panorama sobre a justiça de transição na Colômbia, tendo como objetivo identificar como seus mecanismos surgiram e como os mesmos podem ajudar na construção da paz no país.

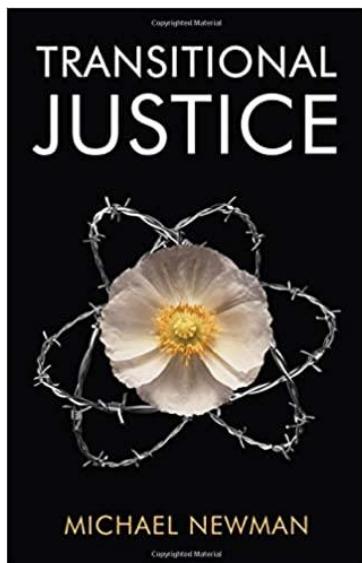


Juristas e ditadura: repressão e resistência na Faculdade de Direito da UFSC

Rodrigo Sartoti

Florianópolis: Editora Insular, 2019.

Versão adaptada da dissertação defendida pelo autor no mestrado em Direito da UFSC, analisa, a partir da Faculdade de Direito da UFSC, as formas como direito e ditadura se relacionaram no período de 1964 a 1985.



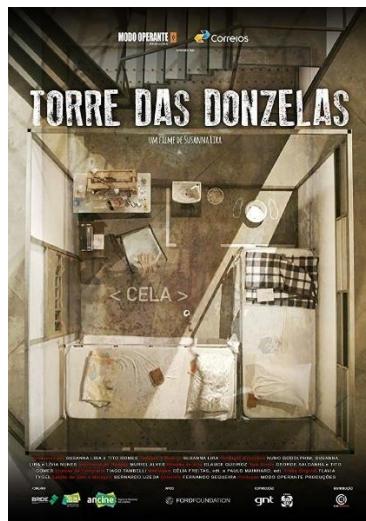
Transitional justice: contending with the past

Michael Newman

Cambridge: Polity Press, 2019.

22

Escrito por Michael Newman, cientista político inglês, o livro aborda os usos e os limites dos mecanismos da justiça de transição a partir dos casos da África do Sul, Camboja e Serra Leoa.



Torre das Donzelas

Documentário dirigido por Susanna Lira
Brasil, 2019.

Documentário que reconstitui as trajetórias de um conjunto de militantes (entre elas a ex-presidenta Dilma Rousseff) que, durante a ditadura no Brasil, foram mantidas presas em um local que ficou conhecido como a "Torre das Donzelas".

FONTES DE PESQUISA

OBSERVATORIO LUZ IBARBURU

Criado em 2012 e sediado em Montevidéu, no Uruguai, o Observatorio Luz Ibarburu (OLI) é composto por uma rede de organizações de direitos humanos uruguaias. Articulado por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Sociais, o observatório teve, como objetivo inicial, fiscalizar o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que foi emitida no Caso Gelman. Desde a sua criação, trabalha compilando dados sobre os julgamentos das violações de direitos humanos cometidas no Uruguai durante a ditadura, além de realizar estudos sobre o tema. Em sua plataforma *online* é possível acessar documentos e relatórios, bem como dados sobre andamento dos julgamentos por crimes de lesa-humanidade que passaram a ser realizados no país.

23

Disponível em: <https://www.observatorioluzibarburu.org/>



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

PROTESTO EM FRENTE À CATEDRAL DE ASSUNÇÃO

Em 26 de abril de 1986, aproximadamente uma centena de pessoas se reuniram em missa realizada na Catedral de Assunção, no Paraguai, para celebrar um ato pacífico de protesto contra a prisão de quatro médicos detidos injustamente pela ditadura militar comandada por Alfredo Stroessner (1954-1989). Na saída da missa, policiais começaram a atirar jatos d'água em estudantes que entoavam “Pátria querida”, música popular que se tornara um hino da resistência à ditadura no país. Liz Fernández Casabianca, à época com 27 anos, não se deteve pela ação dos policiais, continuou cantando, e, de braços abertos em meio aos jatos d'água, protagonizou uma das cenas mais icônicas da luta contra a longa ditadura que assolou a nação paraguaia.

24



Fonte: Fotografia de José Moreno, publicada em reportagem do *El País*.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL